

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
AVISO

Abertura de concurso documental para recrutamento de Professor Adjunto na área científica de Ciências Jurídicas - Direito Privado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 5 anos.

Nos termos do disposto nos artigos 3.º, 5.º, 10.º-B, 15.º, 17.º, 24.º e 29.º-B do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP) - Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, conjugado com o Regulamento dos Concursos para a Contratação do Pessoal da Carreira Docente do Instituto Politécnico do Porto, anexo ao Despacho n.º 4807/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 54, de 17 de março e demais disposições legais em vigor, torna-se público que, por meu despacho de 24 de junho de 2024, no uso de competência própria, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, homologados pelo Despacho n.º 15833/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 132, de 10 de julho, alterados pelo Despacho n.º 9618/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 204, de 23 de outubro, procede-se à abertura de concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o aviso de abertura do concurso documental for publicado no Diário da República, para ocupação de posto de trabalho previsto e não ocupado, na Carreira de Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, na categoria de Professor Adjunto, para a área científica de Ciências Jurídicas - Direito Privado, do Mapa de Pessoal da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto.

1 — Local de trabalho — Escola Superior de Tecnologia e Gestão, sita na Rua do Curral, Casa do Curral, Margaride, Felgueiras.

2 — Número de postos de trabalho a ocupar — 1 (um).

3 — Modalidade da relação jurídica de emprego a constituir — Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de cinco anos, nos termos do artigo 10.º - B do ECPDESP.

4 — Caracterização do conteúdo funcional — O descrito no n.º 4 do artigo 3.º do ECPDESP.

5 — Âmbito de recrutamento — São requisitos cumulativos de admissão ao concurso:

- a) Ser detentor dos requisitos previstos nas alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- b) Ser titular do grau de doutor ou do título de especialista na área ou área afim daquela para que é aberto o concurso, de acordo com o estabelecido pelo artigo 17.º do ECPDESP.

6 — Prazo de validade do concurso:

6.1 — O concurso é válido para o posto de trabalho referido, cessando com o seu preenchimento ou por inexistência ou insuficiência de candidatos.

6.2 — O concurso pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado do Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, respeitados os princípios gerais da atividade administrativa bem como os limites legais, regulamentares e concursais.

7 — Forma de apresentação da candidatura:

7.1 — A candidatura é efetuada por meios eletrónicos no endereço <https://domus.ipp.pt/concursos/estg/pessoal/>, no prazo de trinta dias úteis a contar do dia útil imediato àquele em que o aviso de abertura do concurso documental for publicado no Diário da República, através de requerimento, datado e assinado, dirigido ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto.

7.2 — Não são aceites candidaturas enviadas por correio postal ou eletrónico.

7.3 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Identificação do candidato pelo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e eletrónico;
- b) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- c) Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- d) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

7.4 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Certificado de registo criminal do qual conste que o candidato não se encontra inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- b) Atestado de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- c) Boletim de vacinação obrigatório, devidamente atualizado;
- d) Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos referidos nas alíneas do ponto 5 do presente Aviso;
- e) Exemplar do *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado;
- f) Exemplar de toda a documentação comprovativa referida no *Curriculum Vitae*, incluindo cada trabalho nele mencionado;
- g) Lista completa da documentação que acompanha a candidatura.

7.5 — As alíneas a) b) e c) do ponto 7.4 anterior podem ser substituídas por declaração do candidato sob compromisso de honra na qual assegure não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar, possuir a robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;

7.6 — Não estando disponíveis em formato digital os documentos referidos na alínea f) do ponto 7.4 anterior, poderão ser substituídos pela entrega em papel de um número de exemplares correspondentes ao número de membros do júri, a enviar por correio registado dentro do prazo de submissão, fazendo menção à candidatura efetuada por meio eletrónico, mencionada no ponto 7.1;

7.7 — Sempre que entenda necessário, o júri pode solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o *Curriculum Vitae* apresentado.

8 — Parâmetros de avaliação, critérios de seleção e seriação — Os critérios de seleção e seriação são os seguintes:

a) Desempenho técnico-científico do candidato – **Ponderação de 35%**

Neste parâmetro serão objeto de avaliação as componentes:

- Publicações científicas;
- Participação em atividades e projetos de I&D;
- Orientação de trabalhos académicos concluídos;
- Participação em júris conducentes a grau/título académico;
- Comunicações em eventos de carácter científico;
- Potencial científico.

b) Capacidade pedagógica do candidato – **Ponderação de 50%**

Neste parâmetro serão objeto de avaliação as componentes:

- Atividade letiva;
- Elaboração de recursos didáticos de uma unidade curricular;
- Participação em formações pedagógicas.

c) Outras atividades relevantes para a missão da ESTG|P.PORTO - **Ponderação de 15%**

Neste parâmetro serão objeto de avaliação as componentes:

- Presidente de órgão de gestão de UO/IES;
- Vice-Presidente de órgão de gestão de UO/IES;
- Membro de órgão de gestão de UO/IES;
- Cargo de Diretor de Departamento ou equivalentes;
- Cargo de subdiretor de Departamento ou equivalentes;
- Cargo de Diretor de Curso ou equivalentes;
- Cargo de subdiretor de Curso ou equivalente; comissões de curso ou comissões de apoio à coordenação de curso/comissões científicas e comissões científico-pedagógicas;
- Outros cargos/atividades/funções organizacionais reconhecidos pela UO/IES (por despacho do responsável da UO/IES).

9 — Os detalhes dos critérios de seleção e seriação podem ser consultados em <https://www.estg.ipp.pt/estg/informacao-e-documentacao/documentosPublicos/> expandir a vista das pastas “Recursos Humanos/Concursos/Docentes”.

10 — O processo do concurso pode ser consultado através do endereço <https://domus.ipp.pt/concursos/estg/pessoal/>

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — A composição do júri é a seguinte:

Presidente:

Luís da Costa Lima – Professor Adjunto e Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, que será substituído, nos seus impedimentos, pelo Professor Adjunto João Paulo Magalhães, Vice-Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto.

Vogais:

Dora Resende Alves - Professora Associada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique;

Eugénio Pereira Lucas - Professor Coordenador com Agregação do Instituto Politécnico de Leiria;

Maria João Gil Pimentel Felgueiras Machado - Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto;

Paulo de Tarso Domingues - Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto;

Susana Catarina Simões de Almeida - Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Leiria.

13 — Audiências públicas — Nos termos da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP, o Júri pode promover audiências públicas em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — O presente Aviso é divulgado nos seguintes termos:

a) Na 2.ª série do Diário da República, como Aviso (extrato);

b) Na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt.

c) No sítio da Internet do *Euraxess* Portugal;

d) No sítio da Internet da ESTG, www.estg.ipp.pt;

e) Nos locais de estilo.

24 de junho de 2024 — O Presidente, *Prof. Doutor Luís da Costa Lima*